



Estrada de Ferro Vitória a Minas

Informações financeiras intermediárias

“Carve-out” do trimestre findo em

31 de março de 2025

Estrada de Ferro Vitória a Minas
Índice das Informações financeiras intermediárias “Carve-out”

	Página
Relatório de revisão sobre as informações financeiras intermediárias “Carve-out”	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração dos Fluxos de Caixa	6
Balanço Patrimonial	7
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Demonstração do Valor Adicionado	9
Notas explicativas às informações financeiras intermediárias “Carve-out”	10
1. Contexto operacional	
2. Base de preparação das informações financeiras intermediárias “Carve-out”	
3. Receita de serviços, líquida	
4. Custos e despesas, por natureza	
5. Resultado financeiro	
6. Tributos sobre o lucro	
7. Disponibilidades	
8. Obrigações sociais e tributárias	
9. Intangível	
10. Imobilizado	
11. Provisões para processos judiciais	
12. Patrimônio líquido	
13. Partes relacionadas	
Responsável Técnico	17

Estrada de Ferro Vitória a Minas

Demonstração do Resultado

Em milhares de reais

	Notas	Período de três meses findo em 31 de março de	
		2025	2024
Receita de serviços, líquida	3	1.203.294	1.226.801
Custos dos serviços prestados	4(a)	(813.849)	(773.821)
Lucro bruto		389.445	452.980
Despesas operacionais			
Com vendas e administrativas	4(b)	(9.494)	(7.716)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	4(c)	(68.478)	(1.347)
Lucro operacional		311.473	443.917
Resultado financeiro, líquido	5	22.118	10.869
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		333.591	454.786
Tributos sobre o lucro	6		
Imposto de renda		(83.398)	(113.697)
Contribuição social		(30.023)	(40.930)
		(113.421)	(154.627)
Lucro líquido do período		220.170	300.159

As notas explicativas são partes integrantes das informações financeiras intermediárias "Carve-out".

Estrada de Ferro Vitória a Minas
Demonstração dos Fluxos de Caixa

Em milhares de reais

	Período de três meses findo em 31 de março de		
	Notas	2025	2024
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		333.591	454.786
Ajustado por:			
Depreciação e amortização	9 e 10	246.539	232.714
Atualização do contrato de concessão	5	235.705	239.190
Provisão para processos judiciais	11	69.823	16.576
Baixa do imobilizado e intangível		174.626	245.412
Variações de ativos e passivos:			
Contas a receber - Partes relacionadas		(32.056)	325.565
Almoxarifado		(45.157)	15.089
Depósitos judiciais		3.492	2.379
Fornecedores		(52.162)	(167.665)
Fornecedores - Partes relacionadas		14.659	(209)
Obrigações sociais e tributárias		2.638	(84.648)
Contingências		(49.066)	(29.389)
Outros ativos e passivos, líquidos		16.341	(18.802)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		918.973	1.230.998
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Adições ao imobilizado e intangível	9 e 10	(417.875)	(542.564)
Prorrogação antecipada da concessão		(397.184)	(253.600)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(815.059)	(796.164)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa no período		103.914	434.834
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		8.559.704	8.997.613
Caixa e equivalentes de caixa ao final do período		8.663.618	9.432.447

As notas explicativas são partes integrantes das informações financeiras intermediárias "Carve-out".

Estrada de Ferro Vitória a Minas

Balço Patrimonial

Em milhares de reais

	Notas	31 de março de 2025	31 de dezembro de 2024
Ativo			
Ativo circulante			
Disponibilidades	7	8.663.618	8.559.704
Partes relacionadas	13	230.375	198.319
Almoxarifado		204.306	159.149
Outros		81.615	100.219
		9.179.914	9.017.391
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais	11(c)	194.390	197.882
		194.390	197.882
Intangível			
Intangível	9	18.900.042	18.769.223
Imobilizado	10	4.218.984	4.272.171
		23.119.026	23.041.394
Total do ativo		32.493.330	32.256.667
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores e empreiteiros		539.185	591.347
Obrigações sociais e tributárias	8	6.260.025	6.143.966
Partes relacionadas	13	17.012	2.353
Prorrogação antecipada da concessão	9	2.645.230	2.595.678
Dividendos a pagar	12 (c)	320.910	320.910
		9.782.362	9.654.254
Passivo não circulante			
Prorrogação antecipada da concessão	9	8.494.387	8.624.496
Provisões para processos judiciais	11	1.173.872	1.153.115
Outros		4.166	6.429
		9.672.425	9.784.040
Total do passivo		19.454.787	19.438.294
Patrimônio líquido			
	12		
Contribuição de capital		4.511.543	4.511.543
Reserva legal		544.710	544.709
Outras reservas de lucros		7.762.120	7.762.121
Lucros acumulados		220.170	-
Total do patrimônio líquido		13.038.543	12.818.373
Total do passivo e patrimônio líquido		32.493.330	32.256.667

As notas explicativas são partes integrantes das informações financeiras intermediárias "Carve-out".

Estrada de Ferro Vitória a Minas
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhares de reais

	Contribuição de capital	Reserva legal	Outras reservas de lucros	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.511.543	477.419	6.799.390	-	11.788.082
Lucro líquido do período	-	-	-	300.159	300.159
Saldo em 31 de março de 2024	4.511.543	477.419	6.799.390	300.159	12.088.241

	Contribuição de capital	Reserva legal	Outras reservas de lucros	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.511.543	544.710	7.762.120	-	12.818.373
Lucro líquido do período	-	-	-	220.170	220.170
Saldo em 31 de março de 2025	4.511.543	544.710	7.762.120	220.170	13.038.543

As notas explicativas são partes integrantes das informações financeiras intermediárias “Carve-out”.

Estrada de Ferro Vitória a Minas
Demonstração do Valor Adicionado

Em milhares de reais

	Período de três meses findo em 31 de março de	
	2025	2024
Receita bruta		
Receita de serviços	1.486.392	1.512.569
Outras receitas	19.506	19.970
Menos:		
Custo dos serviços de transporte de carga	(165.720)	(130.492)
Materiais, energia e serviços de terceiros	(201.291)	(223.141)
Custos dos serviços de transportes de passageiros	(7.875)	(5.549)
Outras despesas	(97.477)	(29.033)
Valor adicionado bruto	1.033.535	1.144.324
Depreciação e amortização	(246.539)	(232.714)
Valor adicionado líquido	786.996	911.610
Recebido de terceiros:		
Receita financeira	265.877	263.797
Total do valor adicionado a distribuir	1.052.873	1.175.407
Remuneração direta	121.375	114.538
INSS	24.543	24.660
FGTS	6.982	6.755
Benefícios	39.523	35.971
Despesas financeiras	243.760	252.927
Impostos federais	238.678	279.905
Impostos estaduais	157.842	160.492
Lucro líquido do período	220.170	300.159
Distribuição do valor adicionado	1.052.873	1.175.407

As notas explicativas são partes integrantes das informações financeiras intermediárias “Carve-out”.

1. Contexto operacional

A Estrada de Ferro Vitória a Minas (a “Ferrovia” ou “EFVM”) compreende uma ferrovia de 905 quilômetros, que interliga as minas de Itabira no Estado de Minas Gerais ao porto de Tubarão em Vitória - Espírito Santo, onde se localiza o seu controle operacional. A Ferrovia não é uma entidade jurídica independente e seus registros contábeis são oriundos dos sistemas integrados corporativos de contabilidade da Vale S.A. (“Vale” ou a “Companhia”), por meio de centros de lucros e de custos da operação da Ferrovia.

A Ferrovia é substancialmente utilizada para o escoamento dos minérios extraídos e beneficiados pela Vale provenientes das suas próprias minas. A Ferrovia também efetua transportes de minério de ferro, pelotas e outras cargas para terceiros (tais como aço, carvão, veículos e combustíveis), além do transporte de passageiros.

Em dezembro de 2020, a Vale celebrou um acordo com o Governo Federal, para prorrogar suas concessões para operar a Estrada de Ferro Carajás (“EFC”) e a Estrada de Ferro Vitória a Minas (“EFVM”) por trinta anos, passando o vencimento de 2027 para 2057.

A Vale, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) e a União Federal, por meio do Ministério dos Transportes (em conjunto: “Partes”), vinham discutindo sobre as condições gerais dos Contratos de Concessão e, em 30 de dezembro de 2024, as bases gerais para repactuação foram reestabelecidas entre as Partes e cumprirão formalizações usuais, sendo submetidas à avaliação e anuência das autoridades competentes.

A repactuação será feita em conformidade com os termos dos contratos de concessão, que seguem vigentes, visando promover sua modernização e atualização. Sob as bases gerais da repactuação, a Vale se comprometeu com um aporte global máximo de aproximadamente R\$4.349.493 a título da revisão de levantamento da base de ativos da EFVM, da otimização de obrigações contratuais e do replanejamento de investimentos. Adicionalmente, a Vale realizou um pagamento antecipado referente a EFVM no montante de R\$1.229.384 em 30 de dezembro de 2024. Em 31 de março de 2025, a Ferrovia EFVM possui um passivo referente a prorrogação antecipada das concessões no valor de R\$ 11.139.617 (R\$ 11.220.174 em 31 de dezembro de 2024).

2. Base de preparação das Informações Financeiras Intermediárias “Carve-out”

a) Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias “Carve-out” (“informações financeiras intermediárias”) foram preparadas considerando os critérios estabelecidos no Anexo 8 do contrato de renovação das concessões (“Anexo 8”) celebrado em 18 de dezembro de 2020 com a União Federal, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e a Companhia, adequando-se a Resolução nº 1.771, publicada em 13 de dezembro de 2006, que instituiu o manual de contabilidade do serviço público de transporte ferroviário de cargas e passageiros e suas revisões conforme Resoluções nº 2.507, publicada em 19 de dezembro de 2007 e nº 3.847, publicada em 26 de junho de 2013.

Todas as informações relevantes próprias dessas informações financeiras intermediárias e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e representam as operações ferroviárias da Vale para a Ferrovia Vitória a Minas, bem como correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Vale.

b) Base de apresentação

Estas informações financeiras intermediárias representam as operações ferroviárias da Vale para a Ferrovia Vitória a Minas e foram preparadas com base nos registros contábeis da Ferrovia, os quais são controlados e operados por meio de centros de lucros e de custos pela controladoria da Vale, e foram preparadas com o propósito de auxiliar a Companhia com o cumprimento dos requisitos do “Anexo 8” firmado com a União.

A emissão dessas informações financeiras intermediárias foi autorizada pela Administração da Vale, em 15 de maio de 2025.

c) Demonstração do Valor Adicionado

Após a renovação das concessões ferroviárias realizadas em dezembro de 2020, foi acordado entre a Vale e a Agência Nacional de Transportes Terrestres, que a partir de dezembro de 2021 a Ferrovia deveria divulgar em seu relatório financeiro a demonstração do valor adicionado. Essa demonstração foi preparada de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”.

d) Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações financeiras intermediárias da Ferrovia são mensuradas e apresentadas em Reais (“R\$”), que é a moeda do principal ambiente econômico no qual a Ferrovia atua. As operações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da conversão pela taxa de câmbio do fim do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado, como despesa ou receita financeira.

e) Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas informações financeiras intermediárias foram incluídas nas respectivas notas explicativas e são consistentes em todos os períodos apresentados.

f) Estimativa e julgamentos contábeis críticos

A preparação das informações financeiras intermediárias requer o uso de certas estimativas e julgamentos contábeis críticos por parte da Administração da Companhia. Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

As estimativas e pressupostos significativos utilizados pela Ferrovia na preparação dessas informações financeiras intermediárias estão assim apresentadas conforme especificado nas notas 10 e 11.

g) Demonstração dos fluxos de caixa

Conforme destacado na nota 1, a Ferrovia não é uma entidade jurídica independente e seus registros contábeis são oriundos dos sistemas integrados corporativos de contabilidade da Vale, por meio de centros de lucros e de custos da operação da Ferrovia, dessa forma, conforme determinado no Anexo 8 e descrito na política contábil da nota 7, a demonstração dos fluxos de caixa representa a movimentação dos saldos de disponibilidades nas informações financeiras intermediárias.

3. Receita de serviços, líquida

	Período de três meses findo em 31 de março de	
	2025	2024
Transporte próprio da Vale	1.209.327	1.247.772
Transporte de carga geral e de passageiros	104.469	91.259
Receita acessória de transporte	172.596	173.537
Impostos sobre receitas	(283.098)	(285.768)
Total	1.203.294	1.226.801

Política contábil

A receita de carga geral e de passageiros é reconhecida quando a Ferrovia transfere o controle dos bens e serviços para o cliente, e por um montante que reflita a contraprestação que a Ferrovia espera ter direito a receber em troca da transferência desses bens ou serviços prestados. A receita está apresentada líquida de qualquer imposto sobre venda e é reconhecida pelo valor justo, na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Ferrovia e as receitas e os custos puderem ser medidos de forma confiável.

Para a receita de transporte próprio, a Vale apropriou à Ferrovia uma receita com base em preço para o minério próprio transportado, conforme tarifas máximas de referência homologadas pela ANTT, conforme citado no item 2.1 do Anexo 8.

4. Custos e despesas por natureza

a) Custos de serviços prestados

	Período de três meses findo em 31 de março de	
	2025	2024
Pessoal	(192.422)	(181.924)
Material e serviço	(204.188)	(225.138)
Óleo combustível e gases	(121.214)	(110.939)
Depreciação e amortização	(246.539)	(232.714)
Outros	(49.486)	(23.106)
Total	(813.849)	(773.821)

b) Despesas com vendas e administrativas

	Período de três meses findo em 31 de março de	
	2025	2024
Pessoal	(4.831)	(3.946)
Serviços	(1.687)	(1.692)
Depreciação e amortização	(1.713)	(821)
Outras	(1.263)	(1.257)
Total	(9.494)	(7.716)

Política contábil

Os lançamentos das despesas administrativas foram alocados com base na prestação de serviços compartilhados entre áreas e no consumo de materiais, calculados por transação e pelo regime de competência.

A despesa administrativa remanescente e comum a Ferrovia e a Vale que não permite identificação do direcionador de custo na forma do parágrafo acima poderá a juízo da Companhia, ser lançada pelo regime de competência e por critério de rateio em contas correlatas de despesas administrativas da Ferrovia, tendo como base o número de empregados da Ferrovia em relação ao número total de empregados da Vale.

Tais lançamentos são correspondentes ao percentual de 2,5% das despesas administrativas da Companhia.

c) Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Período de três meses findo em 31 de março de	
	2025	2024
Provisão para processos judiciais (nota 11)	(69.823)	(16.576)
Pesquisa e desenvolvimento	(738)	(1.698)
Venda de materiais	9.507	9.565
Receitas de aluguel	4.734	10.191
Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa	(14.543)	(2.818)
Outras	2.385	(11)
Total	(68.478)	(1.347)

Política contábil

Destina-se à contabilização de outras despesas operacionais, líquidas relativas ao Serviço Público de Transporte Ferroviário de Cargas e Passageiros, não classificados nos grupos custos dos serviços prestados e despesas com vendas e administrativas.

5. Resultado financeiro

	Período de três meses findo em 31 de março de	
	2025	2024
Despesas financeiras		
Juros	(7.818)	(12.581)
Atualização do contrato de concessão	(235.705)	(239.190)
Variações monetárias e cambiais	(236)	(1.156)
	(243.759)	(252.927)
Receitas financeiras		
Juros	264.599	249.994
Variações monetárias e cambiais	1.278	13.803
	265.877	263.797
Resultado financeiro líquido	22.118	10.869

Política contábil

Concessões - Os passivos das concessões ferroviárias são compostos pelo valor presente líquido dos pagamentos futuros associados aos pagamentos fixos pela outorga e às obrigações de investimento em infraestrutura.

As políticas contábeis materiais relacionadas aos itens de receitas financeiras estão demonstradas na nota explicativa “7. Disponibilidades”.

6. Tributos sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro no Brasil compreendem o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro.

	Período de três meses findo em 31 de março de	
	2025	2024
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	333.592	454.786
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(113.421)	(154.627)

Política contábil

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado de cada período, conforme estabelecido no Anexo 8 do contrato de renovação das concessões, o cálculo dos tributos incidentes sobre as vendas e sobre o resultado, deverá considerar as receitas provenientes do transporte de minério próprio, e ser realizado de forma a refletir as alíquotas, deduções e benefícios previstos na legislação vigente. Para fins de elaboração das demonstrações financeiras, a provisão para os tributos sobre o lucro foi calculada com base na alíquota de 34% sobre o lucro. A contrapartida dos impostos (incluindo impostos sobre a renda, bem como outros incidentes sobre o resultado) são apresentados no ativo ou passivo dependendo dos saldos em aberto.

7. Disponibilidades

A posição de disponibilidades da Ferrovia, refere-se às movimentações de entrada e saída de caixa, proveniente de suas receitas e despesas, além de suas obrigações. A Ferrovia dispõe de recursos financeiros junto a Vale, os quais são utilizados para financiar suas operações e realizar os investimentos necessários.

Conforme determinado no Anexo 8, o saldo da conta de disponibilidades, será remunerado ao final de cada mês com base na taxa média praticada pela Vale em suas aplicações financeiras, com a contrapartida na conta receitas financeiras.

Política contábil

Conforme estabelecido no Anexo 8 do contrato de renovação das concessões, o saldo da conta disponibilidades será apurado mensalmente considerando, inclusive, as receitas provenientes do transporte de minério próprio, e resultará em receitas financeiras para a EFVM, quando o saldo da conta disponibilidades for positivo, e desde que o saldo da conta empréstimos seja "zero", o saldo da conta de disponibilidades deverá ser transferido para a conta de aplicações financeiras de curto prazo e registrada na receita financeira calculada a partir da remuneração usualmente obtida pela Concessionária para esse tipo de aplicação.

8. Obrigações sociais e tributárias

Abaixo, demonstramos a composição das obrigações sociais e tributárias:

	31 de março de 2025	31 de dezembro de 2024
Passivo		
Obrigações sociais	217.776	226.308
COFINS	186.585	200.278
ISS	8.249	11.015
IRPJ	3.853.600	3.770.196
CSLL	1.371.170	1.341.366
Outras	622.645	594.803
Total a recolher	6.260.025	6.143.966

Política contábil

As obrigações sociais tais como salário, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidas mensalmente no resultado, respeitando o regime de competência. As obrigações tributárias representam os impostos sobre a circulação de mercadoria e serviços - ICMS, Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS proveniente das receitas da Ferrovia, bem como imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, conforme regime de competência. Conforme destacado na nota 1, a Ferrovia não é uma entidade jurídica independente e seus registros contábeis são oriundos dos sistemas integrados corporativos de contabilidade da Vale, por meio de centros de lucros e de custos da operação da Ferrovia, dessa forma os tributos a recuperar e obrigações sociais e tributárias foram apresentados de forma acumulada no Balanço Patrimonial da Ferrovia.

9. Intangível

	Concessões
Saldo em 31 de dezembro de 2023	19.809.137
Adições	272.735
Adição do contrato de concessão	(122.868)
Amortização	(171.690)
Saldo em 31 de março de 2024	19.787.314
Custo	22.949.288
Amortização	(3.161.974)
Saldo em 31 de março de 2024	19.787.314
Saldo em 31 de dezembro de 2024	18.769.223
Adições	224.087
Atualização do contrato de concessão (i)	80.923
Amortização	(174.191)
Saldo em 31 de março de 2025	18.900.042
Custo	22.704.481
Amortização	(3.804.439)
Saldo em 31 de março de 2025	18.900.042

(i) A atualização do contrato de concessão está vinculada com o aumento da taxa de desconto e o efeito da repactuação no exercício.

Prorrogação antecipada da concessão

O passivo reconhecido da EFVM, é composto por: valores de outorga das concessões, memória Ferroviária, desenvolvimento tecnológico e conflitos urbanos. A renovação dos contratos de concessão prevê a revisão e inventário físico da base de ativos existente pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), podendo afetar o valor das obrigações assumidas. Adicionalmente, a ANTT pode requerer investimentos adicionais, de forma unilateral, na malha da Concessão, cujas condições e limitações serão estabelecidas em ato específico. Em ambas as circunstâncias, serão requeridas discussões sobre o reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

Política contábil

Os ativos intangíveis são avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. A Companhia possui concessão para explorar bens da Ferrovia por um período determinado. Os bens reversíveis ao poder concedente ao final da concessão são classificados como ativos intangíveis e amortizados pelas vidas úteis dos bens, definida na Resolução nº 4.540 de 19 de dezembro de 2014 emitida pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, conforme a seguir:

Ativo Intangíveis	Vida útil
Imóveis	25 anos
Instalações	10 anos
Equipamentos	5 anos a 10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Equipamentos ferroviários	10 anos
Infraestrutura ferroviária	35 anos
Outros	10 anos a 20 anos

10. Imobilizado

	Edificações	Instalações	Equipamentos	Outros (i)	Imobilizações em curso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	143.467	248.185	158.607	1.953.793	1.633.057	4.137.110
Adições	-	-	-	-	269.829	269.829
Baixas (ii)	-	-	-	-	(245.412)	(245.412)
Depreciação	(765)	(15.312)	(5.310)	(39.637)	-	(61.024)
Transferências	(947)	13.627	(1.192)	36.741	(48.229)	-
Saldo em 31 de março de 2024	141.755	246.500	152.105	1.950.897	1.609.245	4.100.503
Custo	198.052	814.558	669.340	4.429.741	1.609.245	7.720.936
Depreciação acumulada	(56.297)	(568.058)	(517.235)	(2.478.844)	-	(3.620.433)
Saldo em 31 de março de 2024	141.755	246.500	152.105	1.950.897	1.609.245	4.100.503

	Edificações	Instalações	Equipamentos	Outros (i)	Imobilizações	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	134.462	246.053	142.710	2.113.156	1.635.790	4.272.171
Adições	-	-	-	-	193.787	193.787
Baixas (ii)	-	-	-	-	(174.626)	(174.626)
Depreciação	(739)	(15.615)	(6.623)	(49.370)	-	(72.348)
Transferências	2.248	2.375	52	457.018	(461.693)	-
Saldo em 31 de março de 2025	135.971	232.813	136.139	2.520.804	1.193.258	4.218.984
Custo	199.864	1.026.764	692.847	5.153.981	1.193.258	8.266.713
Depreciação acumulada	(63.893)	(793.951)	(556.708)	(2.633.177)	-	(4.047.729)
Saldo em 31 de março de 2025	135.971	232.813	136.139	2.520.804	1.193.258	4.218.984

(i) Referem-se a vagões, locomotivas e infraestrutura da Ferrovia.

(ii) Conforme mencionado na nota 1, as Ferrovias são controladas por centros de lucro e existem movimentações de ativos imobilizados para outros centros de lucro, sendo assim, se faz necessária a baixa desses ativos da Ferrovia.

Política contábil

Os bens não reversíveis ao poder concedente ao final da concessão são classificados como ativos imobilizados e reconhecidos pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos imobilizados são depreciados com base nas vidas úteis dos bens definidas na Resolução nº 4.540 de 19 de dezembro de 2014 emitida pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, conforme a seguir:

Ativo Imobilizado	Vida útil
Imóveis	25 anos
Instalações	10 anos
Equipamentos	5 anos a 10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Locomotivas	12 anos a 25 anos
Vagões	33 anos
Equipamentos ferroviários	10 anos
Infraestrutura ferroviária	35 anos
Outros	10 anos a 20 anos

Os gastos relevantes com manutenção de áreas industriais e de ativo relevantes, incluindo peças para reposição, serviços de montagens, entre outros, são registrados no ativo imobilizado e depreciados seguindo o mesmo critério acima.

Estimativa e julgamentos críticos

Redução ao valor recuperável (“impairment”) - Os ativos não financeiros são avaliados para fins de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação (“FVLCD”) e o seu valor em uso (“VIU”).

O FVLCD é geralmente determinado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso contínuo do ativo sob a perspectiva de um participante do mercado, incluindo quaisquer perspectivas de expansão. O VIU é determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera pelo uso contínuo do ativo em suas condições atuais, sem levar em consideração desenvolvimentos futuros. Essas premissas são diferentes das utilizadas no cálculo do valor justo e, conseqüentemente, o cálculo do valor em uso provavelmente dará um resultado diferente do cálculo do FVLCD.

11. Provisões para processos judiciais

A Ferrovia é parte envolvida em diversos processos judiciais decorrentes do curso normal dos negócios, incluindo processos trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais.

A Ferrovia utiliza-se de estimativas para avaliar a probabilidade de saída de recursos com base em avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração e constitui provisões para as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada.

Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a Ferrovia, nova jurisprudência e alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise dos fundamentos técnicos.

a) Processos judiciais provisionados

	Provisões tributárias	Provisões cíveis	Provisões trabalhistas (i)	Provisões ambientais	Total de passivos provisionados
Saldo em 31 de dezembro de 2023	10.895	232.131	575.794	649	819.469
Adições	2	1.723	13.556	1.295	16.576
Pagamento	-	(1.777)	(26.372)	-	(28.149)
Atualizações monetárias, líquido	67	10.085	(16.429)	5.037	(1.240)
Saldo em 31 de março de 2024	10.964	242.162	546.549	6.981	806.656

	Provisões tributárias	Provisões cíveis	Provisões trabalhistas (i)	Provisões ambientais	Total de passivos provisionados
Saldo em 31 de dezembro de 2024	11.153	245.324	889.215	7.423	1.153.115
Adições	149	35.660	34.014	-	69.823
Pagamento	-	(1.985)	(22.048)	-	(24.033)
Atualizações monetárias, líquido	626	(24.754)	(1.138)	233	(25.033)
Saldo em 31 de março de 2025	11.928	254.245	900.043	7.656	1.173.872

b) Processos judiciais não provisionados

	31 de março de 2025	31 de dezembro de 2024
Processos tributários	1.430.934	1.465.364
Processos cíveis	93.486	101.609
Processos trabalhistas	158.792	170.218
Processos ambientais	7.823	7.591
Total	1.691.035	1.744.781

c) Depósitos judiciais

	31 de março de 2025	31 de dezembro de 2024
Processos tributários	68.149	69.853
Processos cíveis	9.807	9.852
Processos trabalhistas	115.559	117.320
Processos ambientais	875	857
Total	194.390	197.882

Política contábil

Uma provisão é reconhecida no momento em que a obrigação presente for considerada como perda provável pela diretoria jurídica e seus consultores jurídicos que serão necessários recursos para liquidar a obrigação e puder ser mensurada com razoável certeza. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável devido a mudanças nas circunstâncias, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Normalmente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

12. Patrimônio líquido

Para fins das informações financeiras intermediárias, a Companhia considerou a Ferrovia como uma entidade jurídica legal individual, dessa forma para cumprir com o requerimento do anexo 8, a Companhia denominou os ativos líquidos do carve-out da Ferrovia como Patrimônio Líquido para fins de atendimento a Resolução nº 1.771, publicada em 13 de dezembro de 2006, que instituiu o manual de contabilidade do serviço público de transporte ferroviário de cargas e passageiros e suas revisões conforme Resoluções nº 2.507, publicada em 19 de dezembro de 2007 e nº 3.847, publicada em 26 de junho de 2013.

a) Contribuição de capital

A contribuição de capital é de R\$4.511.543 formada pelos valores utilizados pela Vale necessários para o início das operações da Ferrovia, entre eles recursos financeiros e aquisição de ativo imobilizados e intangíveis.

b) Reservas de lucros

As reservas de lucros são de R\$ 8.527.000, formados pelos lucros dos exercícios anteriores e do período corrente, após devidas destinações das reservas conforme previstas no Estatuto Social da Vale.

c) Remuneração aos Acionistas

O Estatuto Social da Vale determina que 25% do lucro líquido deve ser destinado a título de dividendos mínimos obrigatório, após as destinações de reserva legal. Em 31 de março de 2025 não foram destinados valores para “dividendos a pagar”, permanecendo o saldo apresentado em 31 de dezembro de 2024 no valor de R\$ 320.910.

Política contábil

Conforme destacado na nota 1, a Ferrovia não é uma entidade jurídica independente e seus registros contábeis são oriundos dos sistemas integrados corporativos de contabilidade da Vale, por meio de centros de lucros e de custos da operação da Ferrovia. Conforme estabelecido no Anexo 8 do contrato de renovação das concessões, o pagamento de dividendos e a constituição de capital e reservas seguirão a política e as condições estabelecidas para os acionistas da Ferrovia, representados pelos acionistas da Companhia.

13. Partes relacionadas

Os saldos das operações com partes relacionadas e seus efeitos nas informações financeiras intermediárias podem ser identificados como segue:

	Ativo		Passivo		Receita de serviços, bruta	
	31 de março de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de março de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de março de 2025	31 de março de 2024
Vale	-	-	-	-	1.218.545	1.254.709
VLI	224.100	191.284	12.418	1.189	211.945	257.860
Outros	6.275	7.035	4.594	1.164	55.902	-
Total	230.375	198.319	17.012	2.353	1.486.392	1.512.569

Política contábil

No curso normal das operações a Ferrovia contrai direitos e obrigações com partes relacionadas, decorrentes de operações de compra e venda de serviços (nota 3) de transporte ferroviário.

Adicionalmente a Ferrovia dispõe de recursos financeiros (disponibilidades) junto a Vale, os quais são utilizados para financiar suas operações e realizar os investimentos necessários.

* * *

Cecília Fernandes Albuquerque

Gerente de Controladoria

CRC-RJ 111734/O